

“Chega de política...”

Simone Cavalcanti/InvestNews
de Brasília

Continuação da página A-1

“Saímos das questões macroeconômicas para uma questão mais específica, para a discussão de novo pacto político-social que será o elemento-chave para o próximo ano”, disse o ministro Tarso Genro, secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Sobre as críticas que membros do conselho têm afeito à reforma tributária, que está sendo encaminhada no Congresso, Tarso Genro observou que o conselho não tem o poder de aprovar nada, mas salientou que “o presidente acolheu 80% de nossas propostas e o Congresso em torno de 70% ou 65%”. De acordo com o ministro, o conselho é um órgão de políticas públicas e a reforma tributária está trancada não por culpa do conselho, mas porque não se forma uma maioria visível no Congresso em cima de determinadas questões da reforma.

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse ter sentido muito otimismo por parte de empresários e integrantes do CDES com relação às perspectivas para o próximo ano. Meirelles reiterou o discurso de que muitos países que passaram por crises fortes, semelhantes a que o Brasil atravessou no ano passado e no início desse ano, registraram retração econômica enquanto o Brasil deveria terminar 2003 com crescimento, mesmo que pequeno.

“Conseguimos neste ano um saldo comercial em conta corrente espetacular, a inflação está convergindo para as metas, o endividamento está esterilizado e a dívida já está em condições de cair e melhorar o seu perfil sensivelmente”, disse.

Ao ser questionado sobre o patamar da taxa e juros, Meirelles, como é de praxe, afirmou que não faz previsões sobre juros e câmbio, no entanto, frisou que o Brasil passa por uma trajetória cadente de juros reais na economia sem precedentes. O presidente do BC lembrou ainda que a manutenção do superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) é um dos pilares econômicos que ajuda manter a solidez fiscal. “Em muitos países, o descuido com o setor público tem sido causa de crises e a manutenção desse superávit é uma dose necessária de confiança no País”.

Meirelles participou da reunião do CDES juntamente com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, do Planejamento, Guido Mantega, e o ministro interino do Desenvolvimento, Marcio Fortes.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, informou que já há interesse de investidores estrangeiros no Brasil. “Na semana passada estive em Washington conversando com mais de cem investidores internacionais e

eles se mostraram muito interessados nos projetos do PPP (Parcerias Público Privadas) e, portanto, investir no Brasil”, disse o ministro, otimista, ao sair da reunião do CDES.

Ao ser questionado sobre a proposta do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), de reduzir a meta de superávit primário para 3,75% do PIB em 2005, para 3,5% em 2006 e 3,25% em 2007, o ministro respondeu que a meta do governo está mantida em 4,25% do PIB em 2004. “Esta é a garantia para que a taxa de juros caia mais rapidamente porque dá solidez à economia e consequentemente faz o investimento privado crescer”, disse. Na avaliação de Mantega é prematuro ainda dizer algo sobre a flexibilização da meta do superávit.

Em 2005, deve entrar em vigor o projeto de superávit anticíclico, que muda o percentual em relação ao PIB conforme o crescimento do País. “Nós vamos estudar a questão do anticíclico no ano que vem”.

O ministro também disse que estimativas a respeito do crescimento neste ano são pouco importantes, pois o que importa é “olhar para frente”. A resposta foi dada quando Mantega foi confrontado com a

sua própria estimativa de expansão de 0,8% nesse ano, enquanto o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que é subordinado à pasta de Mantega, divulgou estimativa de 0,2%.

O ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior, Márcio Fortes, disse que o governo espera que o volume de exportações neste ano atinja US\$ 73 bilhões. Já para o ano que vem, ele estimou um crescimento da ordem de 10%, projetando o saldo de embarques em US\$ 80 bilhões.

Fortes explicou que o objetivo do governo é ampliar a competitividade das empresas brasileiras para manter o incentivo às exportações, vencendo barreiras tarifárias e não tarifárias, diversificando mercados e até estimulando as empresas a processo de internacionalização. “Queremos que as empresas criem subsidiárias lá fora e com isso possam também colocar o produto brasileiro no mercado internacional”, disse ele.

A estratégia de fortalecimento das exportações visa fazer frente ao aumento das importações que certamente virá no próximo ano com a retomada da economia. Na avaliação de Fortes, ainda não há uma previsão do quanto a aquecimento da atividade econômica gerará em volume de importações. No entanto, é necessário manter as exportações aquecidas e com todas as condições para sua ampliação. “Queremos manter o embalo do crescimento das vendas com a melhora e a agilidade das linhas de financiamentos para exportações e equalização quando necessário”, disse ao sair da reunião do CDES.

“Discussão de
novo pacto
político-social
que será o
elemento-chave
no próximo ano”